



RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DA ALIMENTAÇÃO, AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS (FANR) DO FP DA SADC PARA A 55.^a ASSEMBLEIA PLENÁRIA REALIZADA PRESENCIALMENTE NO HOTEL RADISSON E CENTRO DE CONVENÇÕES EM JOANESBURGO, ÁFRICA DO SUL, DE DOMINGO A 21 DE MAIO DE 2024, SOB O TEMA: “PROMOÇÃO DA ACÇÃO CLIMÁTICA NOS PARLAMENTOS VISANDO O REFORÇO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E DE UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL, MELHORIA DOS RESULTADOS EM MATÉRIA DE SDSR E GESTÃO EFECTIVA DOS RECURSOS NATURAIS.”

Sr. Presidente, venho solicitar a aprovação do Relatório da Comissão Permanente de Alimentação, Agricultura e Direitos Humanos (FANR) à 55.^a Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC apresentado à mesa no dia 3 de Julho de 2024.

ÍNDICE

1.0	COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO	4
2.0	TERMOS DE REFERÊNCIA DA COMISSÃO	4
3.0	NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E DATAS DAS REUNIÕES	4
4.0	CONTEXTO	5
5.0	ANÁLISE DAS QUESTÕES FUNDAMENTAIS DO ÂMBITO DA COMISSÃO	5
5.1	Resolução para os parlamentos da SADC reforçarem as suas Comissões Parlamentares da tutela dos Recursos Naturais por forma a exercerem adequadamente o seu mandato, em particular no que diz respeito às alterações climáticas, e assegurarem que o Secretário do Fórum Parlamentar da SADC garanta que a governação climática, incluindo a prontidão para as calamidades, seja abordada de forma consistente através da sua Comissão Permanente competente.	6
5.2	Resolução à Incentivar os Estados membros a criarem um fundo soberano para que as receitas provenientes do sector mineral possam ser utilizadas em benefício dos cidadãos; incitar os Estados membros da SADC a formularem quadros jurídicos que obriguem os exploradores de minérios a considerarem a reabilitação e a regeneração ambiental e a responsabilizarem os exploradores de minérios por quaisquer danos; e exortar os Estados membros da SADC a criarem um mercado regional em que os Estados membros possam ditar os preços dos seus minerais.	6
5.3	Resolução à Incentivar os Estados-membros a promoverem as consultas e a interacção com os cidadãos na tomada de decisões sobre as questões que afectam as suas comunidades	6
5.4	Resolução que apela aos Estados Membros da SADC para que promovam a inclusão e a capacidade de resposta do género às alterações climáticas e facilitem o reforço das capacidades das mulheres e dos jovens para promover um envolvimento activo na agricultura	7
5.5	Desenvolvimento da Lei Modelo sobre alterações climáticas para a região da SADC	7
6.0	RESUMO DAS COMUNICAÇÕES SOBRE A TEMÁTICA CONSUBSTANCIADA NO LEMA	7
6.1	SESSÃO I: A integração da SDSR nas políticas relativas às alterações climáticas: O Papel dos Parlamentos na Promoção de Estratégias Inclusivas para Populações Vulneráveis por Charmaine Piccardo, Oficial Sénior de Programa, SDSR e Género SAfAIDS	7
6.2	2.ª Sessão: Criação de uma Aliança Parlamentar para a Segurança Alimentar e Nutricional na África Austral. O papel de uma rede regional parlamentar por Nargis Bozorova, Perita Jurídica da FAO e Lewis Hove, Líder da Equipa de Resiliência da FAO África Austral	9
6.3	3.ª SESSÃO: Investindo em agroecologia para mitigar desastres induzidos pelo clima pelo Dr. Stephen Greenberg, consultor e respondido por Esther Sharara, ActionAid International e Dr. Cliff Dlamini, CCARDESA	10

6.4	4.^a SESSÃO: Reflexões sobre o Plano Regional de Investimento Agrícola da SADC (RAIP) 2017-2022, e recomendações para o próximo RAIP 2025-2030 pelo Dr. Martin Muchero, consultor e respondido por Irene Liborious Ngao, Fórum dos Pequenos Agricultores da África Oriental e Austral (ESAFF).....	12
6.5	5.^a SESSÃO: Uma análise crítica do desempenho dos Estados Membros da SADC na revisão bienal do CAADP, por Panduleni Elago, Assessor do CAADP, Comissão da União Africana, e respondida por Chikondi Chabvuta, CARE Southern Africa/Grupo NSA do CAADP da SADC.....	14
6.6	6.^a SESSÃO: Transição Energética, Minerais Cruciais e Responsabilização na África Austral: Transição Energética na Região da SADC; Minerais Cruciais na Região da SADC; Responsabilização na transição energética e extracção de minerais cruciais; e Sistemas de Energia Resilientes na Era da Policrise pelo Dr. Nqobile Xaba- Instituto Mapungubwe de Reflexão Estratégica; Dr. Nelson Chipangamate - Instituto Mineiro de Wits; Sr. Ian Mwiinga - EITI; Sara Ahmed, Directora Geral e Assessora Financeira do V20, CVF - Secretariado do V20	16
6.7	7.^a SESSÃO: Redução Progressiva do Petróleo, do Carvão e do Gás na África Austral: Mapeamento dos desafios e oportunidades para a redução progressiva; As questões críticas para a redução progressiva; e sobre as implicações económicas e financeiras da redução progressiva pela Sra. Ruse Moleshe, Directora Geral da RUBK Energy and Infrastructure Advisory; Dra. Stephanie Borchardt, DSI/NRF SARChI Research Fellow, Stellenbosch University e Sr. Ashraf Patel: Instituto para o Diálogo Global.	17
7.0	RECOMENDAÇÕES.....	19
9.0	ANEXOS.....	22

1.0 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

No dia da reunião, estiveram presentes os seguintes membros da Comissão:

1. Deputado. Ishmael Ndaila Onani(Maláui)(Presidente)
2. Deputada. Hawa Subira Mwaifunga (Tanzânia, Vice-presidente)
3. Deputado. Domingos Mussokola (Angola)
4. Deputado. Polson Majaga, (Botsuana)
5. RDC (ainda não tinha indicado o membro da comissão, na sequência das eleições gerais)
6. Deputado. Sicelo Jele (Esuatini)
7. Deputada. Makatleho Motsoasele (Lesoto)
8. Deputado. Lova Herizo Rajaobelina (Madagascar)
9. Sua Excelência. Marie Geneviève Stéphanie Anquetil Dep(Maurícias)
10. Deputado. Carlos Manuel (Moçambique)
11. Deputado. Phillipus Katamelo (Namíbia)
12. Deputado. Rocky Uranie (Seicheles)
13. Deputado. Seiso Joel MOHAI (África do Sul)
14. Deputada. Mutinta Mazoka (Zâmbia)
14. Deputado. Chinhenza Chigwadzara (Zimbábue)

2.0 TERMOS DE REFERÊNCIA DA COMISSÃO

A Comissão Permanente sobre a Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR) do FP-SADC derivava o seu mandato do artigo 14.º da Constituição do FP-SADC e do artigo 42.º (c) do Regimento Interno do FP-SADC, citado a seguir: *Tratar de questões relativas à agricultura, pescas, exploração florestal e vida selvagem, água e ambiente, energia, transporte, turismo, TIC, meteorologia, segurança alimentar e recursos naturais;*

3.0 NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E DATAS DAS REUNIÕES

A Comissão Permanente da FANR realizou a sua reunião estatutária híbrida de 19 a 21 de Maio de 2024 em Joanesburgo, África do Sul. A reunião abordou uma série de questões no âmbito do mandato da Comissão, destacando o papel vital do FP da SADC na promoção de questões regionais e sublinhando a omissão crítica das alterações climáticas do seu mandato, apesar da sua ameaça significativa.

A Comissão salientou as conclusões do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC), que sublinham que a escalada de fenómenos meteorológicos e climáticos extremos deixou milhões de pessoas vulneráveis a uma grave escassez de alimentos e a uma diminuição da segurança da água. Estes impactos são particularmente graves em várias regiões e comunidades de África, incluindo a África Austral. O relatório do IPCC prevê um aumento tanto da frequência como da gravidade das secas agrícolas e ecológicas na África Austral. Com um aumento previsto de 2°C na temperatura, espera-se que as alterações induzidas pelo clima na disponibilidade de alimentos e na qualidade nutricional aumentem a prevalência de doenças transmitidas por vectores e doenças relacionadas com a nutrição, aumentando significativamente o número de indivíduos

subnutridos e afectando dezenas a centenas de milhões de pessoas na África Subsaariana.

Por conseguinte, a Comissão Permanente reiterou a importância de gerir eficazmente os abundantes recursos naturais da região e de definir a agenda da região sobre a utilização estratégica dos seus minerais críticos/transitórios. Também sublinhou a gestão dos impactos das alterações climáticas na questão de Saúde e Direitos de Sexuais e Reprodutiva (SDSR) e a colmatação das lacunas na sua intersecção, abordando os desafios da segurança alimentar e promovendo práticas agrícolas sustentáveis. Estas questões foram debatidas no âmbito do tema: *"Promoção da Acção Climática nos Parlamentos visando o Reforço da Segurança Alimentar e de uma Agricultura Sustentável, Melhorar os Resultados em Matéria de SDSR e Governação efectiva dos Recursos Naturais."*

4.0 CONTEXTO

As alterações climáticas representam uma crise existencial para o planeta Terra tal como o conhecemos. Na África Austral, o fenómeno El Niño tem desempenhado um papel significativo no agravamento das condições de seca, uma tendência ainda mais agravada pelos efeitos das alterações climáticas. O padrão meteorológico El Niño lançou uma sombra de adversidade em toda a região da SADC, deixando um rasto de destruição. As estatísticas pintam um quadro nítido do seu impacto nas comunidades na, onde milhões de pessoas estão a braços com a insegurança alimentar, a escassez de água, a deslocação de populações e a instabilidade económica.

A Comissão apela a uma acção climática integrada nas agendas parlamentares para mitigar os graves impactos na segurança alimentar, na saúde e nos recursos naturais. Também defende o desenvolvimento de políticas para a utilização sustentável e estratégica de minerais críticos e de transição, abordando a interacção entre as alterações climáticas e a SDSR para garantir resultados de saúde abrangentes e promovendo práticas agrícolas que aumentem a segurança alimentar e a sustentabilidade face às alterações climáticas.

Os parlamentares detêm o capital político necessário para influenciar decisões que garantam os melhores resultados socioeconómicos para aqueles que representam. Neste contexto, a Comissão atendeu ao apelo para reflectir sobre a intersecção entre o clima e a SDSR, o imperativo de garantir a segurança alimentar e o reforço da produção agrícola, bem como o imperativo de garantir a optimização dos recursos naturais na região para assegurar o acréscimo de valor e a beneficiação para todos.

5.0 ANÁLISE DAS QUESTÕES FUNDAMENTAIS DO ÂMBITO DA COMISSÃO

A comissão analisou algumas questões fundamentais antes de passar à sessão de formação.

5.1 Resolução para os parlamentos da SADC reforçarem as suas Comissões Parlamentares da tutela dos Recursos Naturais por forma a exercerem adequadamente o seu mandato, em particular no que diz respeito às alterações climáticas, e assegurarem que o Secretariado do Fórum Parlamentar da SADC garanta que a gestão climática, incluindo a prontidão para as calamidades, seja abordada de forma consistente através da sua Comissão Permanente competente.

Apelar para os parlamentos da SADC reforçarem as suas comissões parlamentares da tutela dos recursos naturais por forma a exercerem adequadamente o seu mandato, em particular no que diz respeito às alterações climáticas, e assegurarem que o Secretariado do Fórum Parlamentar da SADC garanta que a governação climática, incluindo a prontidão para as calamidades, seja abordada de forma consistente através da sua Comissão Permanente competente. Para garantir que a FANR e a comissão reflecta o objectivo global de fazer face à emergência das alterações climáticas, é necessário e conveniente que esta comissão reflecta a acção climática como parte da sua nomenclatura e das suas principais prioridades.

5.2 Resolução à Incentivar os Estados membros a criarem um fundo soberano para que as receitas provenientes do sector mineiro possam ser utilizadas em benefício dos cidadãos; incitar os Estados membros da SADC a formularem quadros jurídicos que obriguem os mineiros a considerarem a reabilitação e a regeneração ambiental e a responsabilizarem os mineiros por quaisquer danos; e exortar os Estados membros da SADC a criarem um mercado regional em que os Estados membros possam ditar os preços dos seus minerais.

A Comissão foi informada de que o Secretariado estava a envolver activamente líderes de opinião sobre as indústrias extractivas para garantir que a Comissão esteja bem posicionada para responder ao valor acrescentado e à beneficiação de minerais críticos e estratégicos na região. Para o efeito, o Secretariado tem facilitado iniciativas de reforço das capacidades, incluindo o Diálogo sobre Energia, Comércio e Clima organizado pela Fundação Konrad Adenauer em Moçambique. Participaram na sessão de capacitação os presidentes das comissões nacionais das tutelas de energia, comércio e clima.

Além disso, o Secretariado facilitará outra sessão de reforço de capacidades sobre a conservação e adição de valor aos minerais críticos da região para uma transição energética justa, em parceria com a Konrad Adenauer Stiftung e a International Conservation Caucus Foundation (ICCF).

5.3 Resolução à Incentivar os Estados-membros a promoverem as consultas e a interacção com os cidadãos na tomada de decisões sobre as questões que afectam as suas comunidades

A Comissão foi informada de acordo com a nova política do FP-SADC, as sessões das audiências públicas tornaram-se uma característica regular das Comissões Permanentes para promover a interacção activa entre os parlamentares enquanto decisores e representantes eleitos, e os cidadãos e partes interessadas, sobre questões regionais.

5.4 Resolução que apela aos Estados Membros da SADC para que promovam a inclusão e a capacidade de resposta do género às alterações climáticas e facilitem o reforço das capacidades das mulheres e dos jovens para promover um envolvimento activo na agricultura

A Comissão foi informada que ao reconhecer a intersecção entre género e clima, o objectivo da Comissão de realizar uma acção climática tendo em conta as questões de género está enraizado no Projecto SDSR SIDA, e o Secretariado continua a lançar iniciativas visando garantir a consolidação das dimensões de género nas actividades da comissão para a acção climática.

5.5 Desenvolvimento da Lei Modelo sobre alterações climáticas para a região da SADC

Foi levado ao conhecimento da reunião que, no Reconhecendo a importância de harmonizar os quadros legislativos em todo o continente para combater com eficácia as alterações climáticas, o Parlamento Pan-Africano (PAP) está a elaborar uma Lei-Modelo sobre Alterações Climáticas para a África. O Secretariado está a consultar o PAP sobre a forma como o FP-SADC pode contribuir de forma significativa para esta iniciativa em curso que visa combater as alterações climáticas.

O Secretariado vai continuar a mobilizar parceiros novos e a entrar em contacto com os parceiros existentes para angariar fundos para a elaboração de uma lei-modelo especificamente para a região. A Lei-modelo é um marco significativo que irá melhorar muito o trabalho do FP-SADC no reforço do papel dos Parlamentos.

6.0 RESUMO DAS COMUNICAÇÕES SOBRE A TEMÁTICA CONSUBSTANCIADA NO LEMA

6.1 SESSÃO I: A integração da SDSR nas políticas relativas às alterações climáticas: O Papel dos Parlamentos na Promoção de Estratégias Inclusivas para Populações Vulneráveis por Charmaine Piccardo, Oficial Sénior de Programa, SDSR e Género SAfAIDS

A apresentação centrou-se nas intersecções cruciais entre a acção climática e a saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SDSR), enfatizando a sua relevância para a segurança alimentar, a agricultura e os recursos naturais. Sublinhou o papel fundamental que os parlamentares desempenham na

promoção de políticas e intervenções inclusivas para as populações vulneráveis.

A apresentação destacou que a crise climática afecta desproporcionalmente os menos responsáveis por ela, exacerbando as injustiças existentes e deixando as populações marginalizadas com menos recursos para adaptação e recuperação. Os maus resultados em matéria de SDRS decorrentes das alterações climáticas são mais graves para os grupos marginalizados a nível social, económico, cultural, político e institucional. O aumento das temperaturas globais e as catástrofes naturais, como as inundações e as secas, representam ameaças significativas para a saúde e os direitos das mulheres e das raparigas, sendo que factores como o género, a idade, a riqueza e a raça influenciam a vulnerabilidade. As catástrofes climáticas agravam a desigualdade de acesso a serviços e bens, aumentando os riscos como a violência baseada no género, a gravidez precoce e a saúde materna comprometida.

O investimento em SDRS é crucial para a acção climática, garantindo sistemas de saúde resilientes que possam prestar serviços de SSR durante as catástrofes climáticas. As alterações climáticas conduzem à perda de biodiversidade, aumentando as doenças zoonóticas e afectando os ecossistemas.

A apresentação sublinhou que os parlamentares devem desenvolver e aprovar políticas inclusivas que respondam às necessidades dos grupos marginalizados, garantindo que a acção climática e as políticas de SDRS sejam holísticas. Os parlamentares podem aprovar leis que protejam os direitos das populações vulneráveis, promovendo a igualdade de género e salvaguardando contra a discriminação e a violência. A sensibilização para a integração da SDRS e da acção climática é essencial e os parlamentares devem reforçar o seu envolvimento com as comunidades para compreender as suas necessidades específicas e facilitar os diálogos para estratégias locais, nacionais e regionais inclusivas.

Além disso, os parlamentares podem garantir que sejam atribuídos recursos suficientes para intervenções que abordem tanto a acção climática como os SDRS, dando prioridade aos serviços de saúde, à educação e aos programas de resiliência climática. Os parlamentares desempenham um papel na monitorização da implementação de políticas para garantir o alcance efectivo e o benefício das populações vulneráveis, supervisionando os compromissos das agências governamentais e garantindo a transparência na exploração, utilização e resultados dos recursos.

A reunião recomendou a importância de integrar a SDRS e o género nas políticas climáticas. Isto envolve a integração de considerações SDRS nos planos nacionais de acção climática, adaptação e estratégias de mitigação. Além disso, defendeu a promoção de leis que combinem sustentabilidade ambiental, SDRS e segurança alimentar, destacando a sua interligação. O desenvolvimento e a implementação de políticas climáticas sensíveis ao

gênero que abordem as necessidades específicas das mulheres, raparigas e comunidades marginalizadas também foi considerado essencial.

A colaboração com grupos da sociedade civil e académicos para obter conhecimentos especializados, recursos e redes foi identificada como crucial. O envolvimento em fóruns regionais e mundiais para partilhar as melhores práticas e promover abordagens integradas à acção climática e à SDSR foi considerado vital. O estabelecimento de sistemas sólidos para monitorizar e avaliar as políticas integradas em matéria de clima e SDSR é necessário para garantir a transparência e a responsabilização. A reunião sublinhou o compromisso de catalisar acções baseadas em provas e progressos no sentido da integração da SDSR e da acção climática, que servirão de base para ajustamentos políticos.

6.2 2.ª Sessão: Criação de uma Aliança Parlamentar para a Segurança Alimentar e Nutricional na África Austral. O papel de uma rede regional parlamentar por Nargis Bozorova, Funcionária Jurídica da FAO e Lewis Hove, Líder da Equipa de Resiliência da FAO África Austral

A apresentação sublinhou o envolvimento global da FAO com os parlamentares, destacando a colaboração com mais de 60 redes parlamentares a vários níveis, abrangendo todas as regiões. Mais de 100 leis relacionadas com a segurança alimentar, nutrição e agricultura foram desenvolvidas e adoptadas através destas colaborações.

Os principais resultados globais incluem a organização de duas Cúpulas Parlamentares Globais contra a Fome e a Desnutrição em 2018 e 2023, juntamente com sete Diálogos Parlamentares Virtuais em 2021. Além disso, o primeiro Pacto Parlamentar Global contra a Fome e a Desnutrição foi estabelecido em 2023. Verificou-se um envolvimento parlamentar consistente em diálogos políticos e eventos de advocacia, juntamente com a criação de produtos de conhecimento adaptados aos parlamentares, tais como manuais, resumos jurídicos e e-learning.

A apresentação destacou ainda o papel central das Alianças Parlamentares nos Sistemas Alimentares e Nutrição. Os parlamentares e as suas alianças a nível sub-nacional, nacional e regional são cruciais na promoção da adopção de políticas, no estabelecimento de quadros legislativos e regulamentares adequados, na sensibilização, na promoção do diálogo entre as partes interessadas e na atribuição de recursos para a implementação de políticas e programas para alcançar dietas saudáveis através de sistemas alimentares sustentáveis.

Para que os parlamentares possam melhorar os sistemas alimentares e nutricionais, foram sublinhadas várias acções. No seu papel de supervisão, os parlamentares são encorajados a estabelecer processos e mecanismos claros na legislação para monitorizar e fazer cumprir a implementação das leis. Devem também monitorizar e avaliar os efeitos a curto e longo prazo dessas leis. As comissões permanentes parlamentares relevantes devem ser

utilizadas para organizar audições transparentes com os ministérios da tutela, consagrar uma agenda de nutrição e segurança alimentar nos manifestos dos partidos políticos, responsabilizar os decisores e estabelecer mecanismos para coordenar o envolvimento com as partes interessadas relevantes.

Na sua capacidade representativa, os parlamentares devem solicitar provas, dados e análises desagregados. A sensibilização para a nutrição e segurança alimentar e a necessidade de acções é essencial, tal como a organização de debates baseados em provas. Os parlamentares devem defender a atribuição de prioridade à agenda dos sistemas alimentares e de nutrição e criar alianças para apoiar estes esforços.

Em termos de elaboração de legislação, os parlamentares devem fazer um balanço dos projectos de lei existentes sobre segurança alimentar e nutricional, realizar consultas para identificar lacunas legislativas e dar prioridade às necessidades legislativas, e defender um plano nacional de nutrição e segurança alimentar e a adopção de uma lei-quadro e lei sectoral para a nutrição e a segurança alimentar. Devem analisar as leis e políticas sectoriais relevantes através de uma perspectiva nutricional e facilitar o intercâmbio inter-regional de lições e experiências na legislação para melhorar a segurança alimentar e nutricional.

Os parlamentares podem desempenhar um papel importante na transposição da Lei Modelo Pan-Africana sobre Segurança Alimentar e Nutricional, adoptada em 2022, que serve de guia para o desenvolvimento de quadros jurídicos nacionais relacionados com a nutrição e a segurança alimentar e nutricional.

No que diz respeito à elaboração do orçamento, os parlamentares devem acompanhar e analisar os orçamentos para acções relevantes em matéria de nutrição e a segurança alimentar. Devem negociar e aprovar orçamentos para políticas e programas destinados a melhorar a nutrição e reforçar os sistemas alimentares, e solicitar e analisar a informação sobre as despesas dos sectores governamentais e de outros grupos de intervenientes.

A apresentação também sublinhou a necessidade de estabelecer Alianças Parlamentares sobre Segurança Alimentar e Nutricional, com base em exemplos como a Aliança Parlamentar Pan-Africana sobre Segurança Alimentar e Nutricional, a Aliança Parlamentar da África Oriental sobre Segurança Alimentar e Nutricional, a Rede de Alianças Parlamentares da África Central sobre Segurança Alimentar e Nutricional e a Rede de Parlamentares da CEDEAO sobre Igualdade de Género e Investimentos na Agricultura e Segurança Alimentar. A reunião salientou a necessidade de a região da SADC estabelecer uma aliança semelhante, especialmente à luz da próxima Cimeira Parlamentar Mundial contra a fome e a desnutrição, a realizar em África até 2026, que torna o papel das alianças parlamentares sobre segurança alimentar e nutricional (AP SAN) mais proeminente no

apoio e contribuição para a agenda alimentar e nutricional e a transformação dos sistemas agro-alimentares no continente.

6.3 3.^a SESSÃO: Investindo em agroecologia para mitigar calamidades induzidas pelo clima pelo Dr. Stephen Greenberg, consultor e respondido por Esther Sharara, ActionAid International e Dr. Cliff Dlamini, CCARDESA

A apresentação forneceu uma visão aprofundada dos 13 princípios de agroecologia do Painel de Peritos de Alto Nível (HLPE) sobre Segurança Alimentar e Nutricional e do Kit de Ferramentas de Análise de Financiamento da Agroecologia (AFAT). O documento sublinhou a relevância da agroecologia para as prioridades nacionais e regionais, incluindo avaliações nacionais de apoio e investimento para a agroecologia, e ofereceu recomendações sobre o financiamento da agroecologia.

A HLPE identificou estes princípios para orientar práticas e políticas agrícolas sustentáveis. Estes princípios promovem a segurança alimentar, a biodiversidade e a resiliência, assegurando que a agricultura é ambientalmente correcta e socialmente justa. Oferecem um quadro holístico para a transição para sistemas agrícolas mais sustentáveis e equitativos, abordando as complexas interconexões entre a agricultura, a sociedade e o ambiente.

A relevância da agroecologia para as prioridades nacionais e regionais inclui a resiliência climática, a biodiversidade, tal como reflectida nos Quadros Globais de Biodiversidade (QGB) e nos Planos de Estratégia e Acção Nacionais para a Biodiversidade (EPANB), a segurança alimentar, a igualdade de género e as transições equitativas e inclusivas dos sistemas alimentares.

A reunião destacou e recomendou o reforço das estratégias nacionais de agroecologia enquadradas nos princípios da HLPE. Tal inclui a garantia de hierarquias políticas, investimentos equilibrados entre factores de produção e bens públicos, a diversificação dos Programas de Subsídios aos Factores de Produção Agrícolas (FISP) para apoiar a produção e distribuição de factores de produção ecológicos baseados nos agricultores e o desenvolvimento de uma estratégia regional de apoio à agroecologia.

Os inquiridos sublinharam as disparidades e desigualdades de género generalizadas que impedem o desenvolvimento económico na região, exacerbadas pela crise climática. Questões como os casamentos infantis, o abandono escolar das raparigas e a negação dos direitos à educação reduzem as perspectivas de emprego e as oportunidades económicas. Para os agregados familiares chefiados por mulheres em situação de pobreza, os fenómenos meteorológicos extremos, como as secas, as inundações e os ciclones tropicais, resultam em colheitas fracas e na insegurança alimentar, criando catástrofes para estes agregados familiares. As mulheres, que representam cerca de 70% da força de trabalho agrícola e dependem da agricultura para a sua subsistência, são particularmente afectadas. Por

exemplo, após a passagem do ciclone tropical Freddy em 2023, as mulheres do Maláui, que detinham a maioria das microempresas, sofreram perdas de rendimento significativas devido à interrupção das vendas. A crise climática afecta de forma desproporcionada as pessoas que vivem na pobreza, em particular as mulheres, as raparigas e outros grupos socialmente marginalizados, o que é injusto.

Para avançar, a reunião defendeu políticas de agroecologia na região. As políticas que apoiam a adopção da agroecologia, acompanhadas de apoio orçamental, são cruciais. Embora a agroecologia esteja a ser adoptada em algumas partes da região, não o é a um ritmo suficiente. As políticas regionais e nacionais de agroecologia poderiam ajudar a alcançar este objectivo. Os pequenos agricultores do Zimbábue, Zâmbia, Maláui e Moçambique que praticaram a agroecologia durante a campanha agrícola de 2023/24 relataram uma melhor resiliência das culturas contra a seca em comparação com os que utilizaram métodos agrícolas convencionais. Acelerar a adopção de políticas de agroecologia é essencial para integrar a agroecologia nos programas agrícolas. Para serem eficazes, as políticas devem ser acompanhadas de dotações orçamentais. Por exemplo, uma análise do orçamento nacional da agricultura do Zimbábue (2022/23) pela *Partnership for Social Accountability Alliance*, utilizando o AFAT, revelou que, apesar de um quadro progressivo de política agrícola nacional, o orçamento ficou aquém do financiamento da agroecologia. O Zimbábue está no caminho certo em termos de políticas, mas o financiamento deve estar alinhado com essas políticas.

As recomendações sublinharam que os estados membros da SADC investissem em agroecologia para mitigar os efeitos de calamidades induzidas pelo clima, como a actual seca induzida pelo El Niño. A agroecologia utiliza recursos disponíveis localmente, reduzindo a dependência de factores de produção externos, como fertilizantes sintéticos e pesticidas químicos. Além disso, a SADC deve reconhecer os impactos das alterações climáticas na agricultura e na segurança alimentar em função do género, garantindo que os esforços para mitigar as calamidades induzidas pelo clima são sensíveis ao género, colocando as mulheres e os grupos vulneráveis no centro. A capacitação das mulheres através da formação e do acesso a serviços de extensão sensíveis ao género deve ser uma prioridade máxima. Os parlamentares foram instados a pressionar para a adopção generalizada da agroecologia em toda a região através de políticas de capacitação. Em tempos de catástrofes, quando a violência baseada no género aumenta, os mecanismos de protecção devem ser reforçados. A reunião também sublinhou a necessidade de aprendizagem cruzada entre os países da região. A experiência do Zimbábue com a adopção de uma política agroecológica constitui uma valiosa oportunidade de aprendizagem. Os parlamentares devem defender e apoiar a aprendizagem cruzada entre os países membros e os parlamentares sobre os impactos positivos de tais políticas na agricultura e na segurança alimentar.

6.4 4.^a SESSÃO: Reflexões sobre o Plano Regional de Investimento Agrícola da SADC (RAIP) 2017-2022, e recomendações para o próximo RAIP 2025-2030 pelo Dr. Martin Muchero, consultor e respondido por Irene Liborious Ngao, Fórum dos Pequenos Agricultores da África Oriental e Austral (ESAFF)

A apresentação proporcionou reflexões sobre o Plano Regional de Investimento Agrícola da SADC (RAIP 2017-2022) e ofereceu recomendações para o próximo RAIP. Os objectivos do RAIP são facilitar o aumento da produção agrícola sustentável, da produtividade e da competitividade; melhorar o comércio regional e internacional e o acesso ao mercado de produtos agrícolas; aumentar o envolvimento e o investimento do sector privado e público nas cadeias de valor agrícola; reduzir a vulnerabilidade social e económica no contexto da segurança alimentar e nutricional e das mudanças económicas e climáticas; promover o desenvolvimento sustentável e a gestão do ambiente; e apoiar a conservação da vida selvagem e dos recursos naturais transfronteiriços. Além disso, o RAIP visa melhorar os quadros jurídicos, as redes eficazes de partes interessadas, os fóruns de diálogo e a colaboração na execução dos programas sectoriais.

A apresentação destacou várias realizações regionais. As Directrizes de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade do Sistema RVAA da SADC têm estado operacionais desde a sua aprovação em 2020, ajudando os Estados-Membros nas avaliações urbanas durante a pandemia da COVID-19. Os Relatórios de Síntese Regionais anuais sobre a Vulnerabilidade à Insegurança Alimentar fornecem uma visão geral da vulnerabilidade em toda a região. O Programa Regional de Desenvolvimento das Culturas desenvolveu um programa regional de fertilizantes, incluindo um quadro harmonizado que aguarda aprovação ministerial, com o objectivo de desenvolver a capacidade de produção de fertilizantes na região. O Programa Regional de Desenvolvimento Pecuário, em colaboração com o Gabinete Interino de Recursos Animais da União Africana, desenvolveu normas comuns de conformidade do sector pecuário para os Estados-Membros. Foram também desenvolvidas estratégias regionais relevantes para o controlo de doenças animais transfronteiriças, como a febre aftosa, a gripe aviária altamente patogénica e a raiva. No âmbito do Programa Regional das Pescas, foi aprovado um plano de acção regional para a poluição marinha e foi desenvolvida uma estratégia regional para a economia azul. A transposição e a aplicação do Protocolo sobre as Pescas nos Estados-Membros foram igualmente consideradas como uma realização importante.

No âmbito da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional, os Estados-Membros alinharam-se com a FNSS. A Direcção FANR recebeu 9 milhões de euros da UE para o "Apoio à Operacionalização do Programa Regional de Política Agrícola da SADC" (STOSAR), o que resultou no desenvolvimento de uma Plataforma de Sistema de Gestão da Informação Agrícola (AIMS) totalmente funcional com o apoio da FAO. Outras realizações importantes incluem o desenvolvimento e a aprovação de uma Estratégia de Economia Circular, a promoção de informações e tecnologias de investigação para

aumentar a produção, a produtividade e a competitividade através do CCARDESA e o lançamento da Estratégia AIMS em Setembro de 2022.

Os conhecimentos sobre as realizações a nível nacional no âmbito do RAIP, com base numa análise de cinco países (Botsuana, Maláui, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue), revelaram diferentes graus de alinhamento com o RAIP. O Botsuana, a Tanzânia, a Zâmbia e o Zimbábue mostraram níveis indirectos e baixos de alinhamento e domesticação do RAIP através dos seus planos nacionais de investimento agrícola, enquanto o plano de investimento do Malauí estava directamente alinhado com o RAIP da SADC.

Para o próximo RAIP (2024-2030), os princípios incluem a concentração na implementação impactante de estratégias em vez do desenvolvimento de políticas, a priorização de projectos identificados no RISDP 2020-2030, a consideração da Declaração Pós-Malabo e dos Compromissos do CAADP, a continuação de actividades previamente planeadas mas incompletas, a abordagem de intervenções críticas emergentes, a garantia de financiamento para a implementação e a promoção de parcerias e colaborações estreitas na implementação do programa RAIP.

A reunião recomendou várias acções para o desenvolvimento do próximo RAIP. Os Estados Membros da SADC devem rever as suas políticas agrícolas para se alinharem plenamente com o RAIP. O desenvolvimento de planos de acção nacionais de segunda ou terceira geração deve estar directamente alinhado com o RAIP 2024-2030. O Fundo de Desenvolvimento Agrícola da SADC deve ser operacionalizado para apoiar estas acções através das suas sete facilidades. As abordagens agroecológicas devem ser promovidas em todos os programas e projectos do RAIP, alargando o âmbito de modo a incluir todos os sistemas de sementes e alimentos. Devem ser promovidas as parcerias e a colaboração efectiva na execução do RAIP 2024-2030. Deve ser apoiada a mobilização efectiva de recursos para a execução do RAIP 2024-2030. Devem ser introduzidas e efectivamente implementadas análises sectoriais conjuntas para acompanhar a execução do RAIP. Além disso, deve ser desenvolvido e implementado um programa de desenvolvimento e transformação rural, abordando o desenvolvimento de infra-estruturas para o acesso efectivo dos agricultores ao mercado.

Durante a sessão, o entrevistado instou os membros do Fórum Parlamentar da SADC e todos os parlamentares da região a participarem activamente na avaliação do actual RAIP (2017-2022) e no desenvolvimento do novo RAIP. O respondente sublinhou a importância de os Estados-Membros da SADC financiarem o RAIP 2025-2030 através do Fundo Regional de Desenvolvimento Agrícola (FAD) e apelou aos parlamentares da SADC para que defendam a operacionalização do FAD a nível nacional, a fim de assegurar a boa implementação do RAIP nos Estados-Membros. Apesar da aprovação do FAD pelos Chefes de Estado em Manzini, em 2016, que exigia que cada membro contribuísse com 120 milhões de dólares americanos ao longo de três anos (totalizando 360 milhões de dólares americanos), até à data não foram efectuadas quaisquer contribuições.

O inquirido também exortou os membros do FP da SADC a persuadirem os seus respectivos Estados-Membros a alinharem os seus Planos Nacionais de Investimento Agrícola (PNIA) com o RAIP e o Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) da União Africana. Além disso, apelaram ao Secretariado da SADC para que estabelecesse um mecanismo robusto de apresentação de relatórios para o RAIP, com relatórios bienais a serem discutidos durante a Revisão Conjunta do Sector Agrícola, tanto a nível regional como dos Estados Membros.

6.5 5.^a SESSÃO: Uma análise crítica do desempenho dos Estados Membros da SADC na revisão bienal do CAADP, por Panduleni Elago, Assessor do CAADP, Comissão da União Africana, e respondida por Chikondi Chabvuta, CARE Southern Africa/Grupo NSA do CAADP da SADC

Esta sessão analisou o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), o quadro político africano para a agricultura e o desenvolvimento orientado para a agricultura desde 2003. O programa tem por objectivo reduzir a pobreza e aumentar a segurança alimentar e a nutrição em todo o continente. Foi sublinhada a importância dos sete compromissos de Malabo do CAADP, com especial destaque para as áreas temáticas de desempenho. Foi referido que, para um país estar no bom caminho para atingir os seus objectivos de Malabo até 2025, a sua pontuação na Revisão Bienal (BR) tinha de atingir ou ultrapassar 9,29. A apresentação salientou que nenhum país da África Austral/SADC estava no bom caminho na 4.^a Revisão Bienal, o que também se verificou a nível continental. No entanto, alguns países tiveram um desempenho melhor do que a tendência geral na região da SADC.

Estas alterações reflectem desafios na disponibilidade de dados e sublinham a necessidade de os governos aumentarem os investimentos no desenvolvimento agrícola. A apresentação sublinhou a necessidade de aumentar a despesa pública com a agricultura, a investigação e a irrigação, bem como de melhorar o acesso dos agricultores aos factores de produção e às tecnologias agrícolas. Apela-se a um maior investimento no reforço da capacidade de resistência e na tecnologia de armazenamento pós-colheita para limitar as perdas pós-colheita. O reforço dos sistemas de recolha e gestão de dados agrícolas é crucial para garantir que todos os objectivos e metas da Declaração de Malabo sejam comunicados com precisão. A facilitação do comércio e a abertura são também importantes para que o desempenho da SADC melhore no âmbito do compromisso comercial.

Estes resultados devem ser interpretados no contexto das numerosas crises e catástrofes que a SADC enfrentou, incluindo o El Niño, as secas, as inundações, a crise Rússia-Ucrânia e a pandemia de COVID-19. Todas elas tiveram impactos a curto e a longo prazo no sector agrícola, criando uma necessidade urgente de construir sistemas alimentares robustos, tanto a nível nacional como regional. A mobilização de recursos para o sector exige uma liderança e um compromisso políticos fortes.

É necessário desenvolver sistemas sólidos de acompanhamento e avaliação (M&A) e de dados para melhorar a qualidade dos dados e fornecer uma base de dados sólida para orientar a transformação económica baseada na agricultura. Cada país deve desenvolver ou reforçar os grupos de dados e os sistemas de análise conjunta do sector, utilizando estas plataformas para garantir que os resultados da análise bienal sejam utilizados de forma eficaz.

A reunião recomendou que a região da SADC invista em programas que apoiem os sistemas regionais de informação e de M&A, a facilitação do comércio, os bancos de genes, as instituições de desenvolvimento e de financiamento, os sistemas de alerta precoce, as acções de antecipação para se proteger contra os principais riscos regionais e a gestão e cooperação transfronteiriça dos recursos hídricos.

O inquirido sublinhou que os parlamentos da região da SADC devem dar prioridade ao reforço da liderança política e do compromisso a todos os níveis, incluindo o envolvimento dos governos nacionais, dos organismos regionais e dos deputados. Uma liderança forte é crucial para impulsionar a implementação, assegurar a responsabilidade mútua e garantir o financiamento necessário para alcançar as aspirações do CAADP. O inquirido sublinhou ainda a importância da construção de um sistema alimentar resiliente na África Austral, que envolve o investimento em agroecologia, redução do risco de catástrofes e práticas adaptativas para garantir a segurança alimentar.

O inquirido observou ainda que existe igualmente uma necessidade de reforçar as capacidades financeiras e de recursos humanos ao nível da SADC, com destaque para o reforço destas capacidades nas Comunidades Económicas Regionais (CERs) para uma implementação eficaz do CAADP. É necessário melhorar a qualidade e a integração dos dados, devendo os Estados-Membros da SADC e a União Africana reforçar a exactidão dos dados e incorporar o processo de FE nos sistemas estatísticos nacionais para uma tomada de decisões informada. O alinhamento entre a revisão bienal (BR), os planos nacionais de investimento agrícola (NAIP) e as revisões sectoriais conjuntas (JSR) deve ser incentivado para maximizar o impacto e evitar a duplicação. O aumento do investimento na agricultura é vital, devendo os países da SADC dar prioridade a maiores dotações orçamentais para a agricultura, atraindo o investimento privado e promovendo parcerias público-privadas. Melhorar a facilitação e a abertura do comércio é também essencial para melhorar o desempenho da SADC no âmbito do compromisso comercial. É necessária uma avaliação contínua das pontuações dos FE e o acompanhamento dos progressos, uma vez que nenhum país da SADC se encontrava no bom caminho durante a 4.^a revisão bienal. É necessário um acompanhamento e ajustamentos regulares para atingir os objectivos de Malabo até 2025.

6.6 6ª SESSÃO: Transição Energética, Minerais Cruciais e Responsabilização na África Austral: Transição Energética na Região da SADC; Minerais Críticos na Região da SADC; Responsabilização na transição energética e extracção de minerais críticos; e Sistemas de Energia Resilientes na Era da Policrise pelo Dr. Nqobile Xaba- Instituto Mapungubwe de Reflexão Estratégica; Dr. Nelson Chipangamate - Instituto Mineiro de Wits; Sr. Ian Mwiinga - EITI; Sara Ahmed, Directora Geral e Assessora Financeira do V20, CVF - Secretariado do V20

A sessão contou com quatro apresentações sobre a importância da transição energética, minerais cruciais e garantia de responsabilidade na região. A primeira apresentação discutiu a transição dos combustíveis fósseis para as fontes de energia renováveis, o estado e as oportunidades para as energias renováveis na região da SADC, e as políticas e regulamentos que promovem as energias renováveis. A transição para uma economia de baixo carbono está em curso, salientando a necessidade de uma transição energética justa para melhorar a qualidade de vida, criar trabalho digno, assegurar a inclusão social, erradicar a pobreza e criar resiliência económica e ecológica. A apresentação também sublinhou a necessidade de aumentar o financiamento para os países em desenvolvimento e a integração do mercado da electricidade na região da SADC.

A segunda apresentação centrou-se no interesse actual em minerais cruciais, na sua definição e distribuição na região da SADC, na sua importância global e na agenda estratégica para a região. Os pontos principais incluíram a necessidade de colaboração para desenvolver uma Lista de Minerais Cruciais abrangente, formando uma iniciativa dos Países Exportadores de Minerais de Energia Verde (GEMEC) ao estilo da OPEP para mitigar os riscos geopolíticos, aumentando a participação na cadeia de valor dos minerais críticos e investindo em investigação, desenvolvimento e talento para criar soluções tecnológicas nacionais. A participação activa na adição de valor e na beneficiação é importante para que os países da região da SADC atenuem a desigualdade dos termos de troca resultante da exportação de matérias-primas, criando simultaneamente os tão necessários empregos para a população jovem. A apresentação também sublinhou a importância de políticas que promovam a sustentabilidade e protejam as comunidades vulneráveis.

A terceira apresentação abordou os factores de avaliação dos minerais, tais como o financiamento, o licenciamento, a geologia, a metalurgia e os riscos específicos de cada país. Destacou áreas propensas ao risco de corrupção, como a atribuição de licenças, contratos, propriedade efectiva, empresas estatais, primeiras transacções, fluxos de pagamento e pagamentos subnacionais. A apresentação sugeriu medidas de protecção contra estes riscos, incluindo a adesão aos requisitos da ITIE em matéria de transparência e responsabilidade.

A apresentação final discutiu a necessidade de sistemas de energia resilientes no contexto de múltiplas crises e a diminuição do papel do GNL

na transição energética. Criticou a tecnologia de captura e armazenamento de carbono, considerando-a não comprovada e financeiramente inviável. A apresentação sublinhou que os subsídios aos combustíveis fósseis constituem um obstáculo financeiro significativo à transição energética. Defendeu uma transição energética justa com sistemas flexíveis e modulares de energias renováveis que ofereçam estabilidade de preços, competitividade de custos e oportunidades de emprego. A apresentação concluiu destacando o Plano de Prosperidade Climática, apoiado por uma política industrial verde, para desbloquear o financiamento para uma transição energética justa.

6.7 7ª SESSÃO: Redução Progressiva do Petróleo, do Carvão e do Gás na África Austral: Mapeamento dos desafios e oportunidades para a redução progressiva; questões críticas para a redução progressiva; e sobre as implicações económicas e financeiras da redução progressiva pela Sra. Ruse Moleshe, Directora Geral da RUBK Energy and Infrastructure Advisory; Dra. Stephanie Borchardt, DSI/NRF SARChI Research Fellow, Stellenbosch University e Sr. Ashraf Patel: Instituto para o Diálogo Global

A sessão incluiu três apresentações sobre a necessidade de reduzir gradualmente o petróleo, o carvão e o gás na África Austral. A primeira apresentação discutiu o impacto do carvão, do petróleo e do gás nas alterações climáticas, salientando que a queima de combustíveis fósseis produz gases com efeito de estufa que se acumulam na atmosfera, causando alterações climáticas. Isto leva a fenómenos meteorológicos graves, como a subida do nível do mar, secas e inundações. A apresentação sublinhou os impactos económicos da redução gradual dos combustíveis fósseis na África Austral, incluindo os desafios de equilibrar a descarbonização, a segurança energética e a acessibilidade. A apresentação referiu que a África do Sul domina a produção de carvão na região, sendo o carvão utilizado para exportação, produção de electricidade e aplicações industriais. Actualmente, não existem alternativas ao carvão nestas indústrias. As reservas de petróleo bruto e de gás natural da África Austral foram também debatidas, com destaque para a produção significativa em Angola e Moçambique. A apresentação delineou os desafios económicos da descarbonização, tais como as ameaças às receitas dos combustíveis fósseis, a perda de postos de trabalho em indústrias relacionadas e os elevados custos da transição para as energias renováveis. Recomendou que as economias da África Austral devem considerar a segurança energética, a descarbonização e o acesso aos serviços energéticos para os pobres.

A segunda apresentação centrou-se no desenvolvimento de políticas fortes para apoiar a redução gradual do petróleo, do carvão e do gás. Salientou a importância de uma formulação política clara, do incentivo à participação das partes interessadas, do envolvimento com as partes afectadas e da manutenção da flexibilidade nos quadros políticos. A apresentação destacou a necessidade de campanhas de educação e sensibilização para promover a mudança de comportamentos e o apoio às reformas políticas. Também abordou a pobreza energética, observando que uma parte significativa da

população não tem acesso a serviços energéticos modernos. A apresentação apelou a uma abordagem abrangente para combater a pobreza energética, tendo em conta factores socioeconómicos, culturais e ambientais. Salientou a importância de políticas inclusivas que capacitem as comunidades marginalizadas e garantam um acesso equitativo a recursos energéticos limpos a preços acessíveis.

A apresentação final forneceu um contexto histórico sobre o desenvolvimento sustentável e a transição justa. Discutiu a mudança global para políticas industriais ecológicas e a concorrência entre as principais economias para liderar as tecnologias de descarbonização. A apresentação destacou os desafios que os países africanos enfrentam para cumprir os compromissos globais em matéria de clima, procurando simultaneamente a diversificação económica e a criação de emprego. Também abordou o proteccionismo verde, como a Lei de Redução da Inflação dos EUA e o Mecanismo de Comércio de Carbono da UE. A apresentação salientou a necessidade de África equilibrar os seus objectivos de desenvolvimento com a agenda global de descarbonização, reconhecendo a pequena contribuição do continente para as emissões globais. Sublinhou a importância dos empregos verdes e de uma transição justa, salientando a necessidade de políticas que maximizem as oportunidades de trabalho digno e abordem os impactos sociais da transição energética. A apresentação concluiu destacando o papel da ONU no apoio à industrialização e a importância de parcerias justas para a transição energética, a fim de evitar o agravamento da crise da dívida em África.

Os parlamentares da SADC devem concentrar-se no desenvolvimento de políticas claras e flexíveis para a transição para as energias renováveis, incentivando as empresas e as partes interessadas a adoptar tecnologias verdes. Devem promover a colaboração regional, possivelmente formando um grupo de negociação colectiva para os minerais de energia verde. O investimento em investigação e parcerias é crucial para o desenvolvimento tecnológico.

Recomenda-se que seja essencial garantir a segurança e o acesso à energia, equilibrando a descarbonização com a acessibilidade dos preços. É importante dar resposta às potenciais perdas de postos de trabalho decorrentes da eliminação progressiva dos combustíveis fósseis, promovendo a criação de emprego no sector das energias renováveis, bem como dar prioridade às necessidades dos grupos vulneráveis numa transição justa, combatendo simultaneamente a pobreza energética através da sensibilização e da educação das comunidades para os benefícios das energias renováveis, a fim de promover o apoio e a participação no processo de transição.

7.0 RECOMENDAÇÕES

Após a apresentação das comunicações pelos especialistas na matéria, a Comissão deliberou sobre as questões levantadas e decidiu levar à Assembleia Plenária as seguintes recomendações:

- (i) **Incentivar** os Parlamentos Membros da SADC a dar prioridade à integração da SDSR nas políticas relativas às alterações climáticas. Sublinhar a importância de compreender o impacto desproporcionado das alterações climáticas nas populações vulneráveis, particularmente nas mulheres e raparigas, através da elaboração de políticas baseadas em provas. Ao mesmo tempo, destacando o papel crítico que os parlamentares desempenham na promoção de estratégias inclusivas que salvaguardam a saúde e os direitos de todos os indivíduos.
- (ii) **Apelar** aos Parlamentos Membros da SADC para que garantam recursos suficientes para intervenções que abordem tanto a acção climática como a SDSR, dando prioridade aos serviços de saúde, educação e programas de resiliência climática. Sublinhar a necessidade de desenvolver uma ferramenta de marcação e acompanhamento do orçamento para monitorizar com precisão a atribuição e utilização de fundos para permitir uma supervisão transparente.
- (iii) **Incentivar** o envolvimento com as comunidades para compreender as suas necessidades específicas e facilitar diálogos para estratégias locais, nacionais e regionais inclusivas através de sessões de audição pública que se tornaram uma característica regular das Comissões Permanentes do FP da SADC.
- (iv) **Apelar** aos Parlamentos Membros da SADC para que estabeleçam uma Aliança Parlamentar regional e nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional na África Austral, para promover a adopção de políticas, estabelecer quadros legislativos, aumentar a sensibilização e atribuir recursos para a implementação de políticas e programas rumo à transformação do sistema agroalimentar.
- (v) **Exortar** os Parlamentos Membros da SADC a adoptar, monitorizar e aplicar a implementação de leis em conformidade com os instrumentos políticos e jurídicos regionais e internacionais relacionadas com a segurança alimentar e nutricional, coordenarem o envolvimento com as partes interessadas relevantes e defenderem um maior investimento na nutrição e sistemas agroalimentares.
- (vi) **Exortar** os Estados Membros da SADC a investir na agroecologia para mitigar as calamidades induzidas pelo clima e promover a agricultura sustentável. Sublinhar a necessidade de garantir que as políticas nacionais sejam sensíveis ao género e que essas políticas estejam alinhadas com os princípios da agroecologia, aumentando o apoio orçamental e promovendo a aprendizagem cruzada entre os países membros.
- (vii) **Incentivar** os Parlamentos membros da SADC a participarem activamente na avaliação do actual Plano Regional de Investimento Agrícola (RAIP) e a defenderem o desenvolvimento do próximo RAIP (2025-2030). Sublinhar a importância de alinhar as políticas agrícolas nacionais com o RAIP, de operacionalizar o Fundo de Desenvolvimento Agrícola da SADC e de promover recursos e coordenação eficazes para a sua implementação.

- (viii) **Incentivar** os Parlamentos membros da SADC a dar prioridade ao reforço da liderança política e do empenho a todos os níveis para alcançar os objectivos do Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP). Sublinhar a importância de aumentar a despesa pública na agricultura, melhorar os sistemas de recolha e gestão de dados e promover parcerias para uma implementação eficaz.
- (ix) **Instar** os Parlamentos Membros da SADC para que desenvolvam uma estratégia abrangente para a classificação, exploração, valorização e contribuição dos minerais cruciais para a transformação estrutural, a mitigação das alterações climáticas e o desenvolvimento sustentável.
- (x) **Apelar** aos Parlamentos Membros da SADC para que desenvolvam uma estratégia clara para a transição para as energias renováveis e para o abandono progressivo do petróleo, do carvão e do gás. Sublinhar a importância de equilibrar a descarbonização com a segurança energética e a acessibilidade dos preços, promover a colaboração regional e abordar as potenciais perdas de emprego através do investimento em tecnologias verdes e da criação de emprego no sector das energias renováveis.
- (xi) **Exortar** os parlamentos membros da SADC a dar prioridade ao desenvolvimento de políticas sólidas para a transição energética e a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis. Sublinhar a importância de incentivar a participação das partes interessadas, de promover políticas inclusivas para os grupos vulneráveis e de combater a pobreza energética através de campanhas de educação e sensibilização.
- (xii) **Apelar** ao estabelecimento de um diálogo e de uma cooperação regulares entre os Parlamentos membros da SADC e os peritos técnicos para fazer face aos desafios climáticos, à segurança alimentar, à agroecologia, à segurança energética e à gestão sustentável dos recursos naturais na região.

Deputado. Phillipus KATAMELO
PRESIDENTE

Rachel MUNDILO
SECRETÁRIA DA COMISSÃO

9.0 ANEXOS

ANEXO 1 - LISTA DE FUNCIONÁRIOS

- (i) Boemo Sekgoma, Secretária-geral, Secretariado do FP-SADC
- (ii) Joseph Manzi, Director de Assuntos Parlamentares e Programas , Secretariado do FP-SADC
- (iii) Rachel Mundilo, Gestora de Programas, Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais, Secretariado do FP da SADC
- (iv) Dr. Moses Magadza, funcionário encarregado da comunicação social, Secretariado do FP-SADC
- (v) Ronald Windwaai, funcionário de TIC, Secretariado do FP-SADC
- (vi) Paulina Kanguatjivi, assistente e coordenadora encarregada de procedimentos, Secretariado do FP-SADC
- (vii) Sra. Lorenda Boois, funcionária de Finanças
- (viii) Sra. Nyashadzaishe Turuzawo, Investigadora, Parlamento do Zimbábue

ANEXO 1I – PALESTRANTES

- Julie Middleton, Gestora do Projecto de Consórcio - Reforço da Responsabilidade Social e da Supervisão na Saúde e na Agricultura na África Austral; ActionAid Internacional
- Darlington Muyambwa, SARWatch
- Charmaine Picardo, Responsável Sénior de Programas, SDSR e Género, SAfAIDS
- Nargis Bozorova, Funcionário jurídico da FAO
- Lewis Hove, Líder da Equipa de Resiliência para a FAO África Austral
- Dr. Stephen Greenberg, consultor
- Esther Sharara, ActionAid Internacional
- Dr. Cliff Dlamini, CCARDESA
- Dr Martin Muchero, consultor
- Irene Liborious Ngao, Fórum dos Pequenos Agricultores da África Oriental e Austral (ESAFF)
- Panduleni Elago, Assessor do CAADP, Comissão da União Africana
- Chikondi Chabvuta, CARE da África Austral/ SADC CAADP NSA Group
- Dr. Nqobile Xaba- Instituto Mapungubwe de Reflexão Estratégica
- Dr. Nelson Chipangamate - Instituto Mineiro de Wits
- Sr Ian Mwiinga – EITI
- Sara Ahmed, Directora-Geral e Assessora Financeira do V20, CVF – Secretariado do V20
- Sra. Ruse Moleshe,-Directora Geral da RUBK Energy and Infrastructure Advisory
- Dra. Stephanie Borchardt, DSI/NRF SARChI Research Fellow, Universidade de Stellenbosch
- Sr. Ashraf Patel: Instituto para o Diálogo Global